PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2015, da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para rever as finalidades e a forma de custeio da Conta de Desenvolvimento Energético.

RELATORA: Senadora **SANDRA BRAGA**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 154, de 2015, que tem como objetivo, por meio da alteração do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, revisar as finalidades e forma de custeio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Justifica-se a proposição na importância de ajustes para minimizar os prejuízos à sociedade brasileira, provocados pelas modificações introduzidas nas CDE a partir de 2012. Tem como diretrizes: a necessidade de dar mais transparência aos gastos realizados na CDE, por meio da divulgação de dados e estabelecimento de metas para o acompanhamento periódico; a eliminação da possibilidade de inclusão de novas despesas por meio de atos do Poder Executivo; a eliminação da assimetria no valor das cotas entre consumidores de energia; a transferência da responsabilidade de movimentar a CDE para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; a definição de prazos para as despesas custeadas pela CDE; e a exigência de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para custeio das finalidades incluídas na CDE a partir de 2012.

A proposição foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura, e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

O PLS nº 154, de 2015, é composto por três artigos.

O art. 1º altera o *caput* do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002, e seus parágrafos 1º, 3º, 5º, 7º, 12 e 13, além de incluir o parágrafo 14 no citado artigo, a fim de:

- retirar a previsão genérica de que a CDE visa o desenvolvimento energético dos estados;
- determinar que os recursos provenientes da CDE sejam oriundos de encargos tarifários de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a concessionárias, permissionárias e autorizadas e recursos do OGU;
- determinar que as quotas anuais da CDE sejam proporcionais ao mercado dos agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final;
- determinar que a CDE seja movimentada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- fixar o ano de 2027 como limite do custeio, pela CDE, dos subsídios previstos no *caput* do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002;
- exigir disponibilização na rede mundial de computadores das receitas e das despesas da CDE, por beneficiário;
- exigir metas e avaliações das ações custeadas pela CDE; e
- prever, como condição para que a CDE assuma determinadas finalidades, o aporte de recursos do OGU.

Já o art. 2º revoga os incisos IV, VI, VII e VIII do *caput* e os parágrafos 10 e 11 do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002. Ou seja, o art. 2º exclui determinadas finalidades da CDE.

Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência, que é a data da publicação da Lei.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 154, de 2015.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão examinar aspectos relacionados a obras públicas, e outros assuntos correlatos.

A disciplina de questões afetas a energia elétrica se insere na competência para legislar da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, que estabelece como competência privativa da União legislar sobre energia elétrica. Normas nesse sentido estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal, podendo o Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Não há, portanto, impedimentos no que se refere a esses ditames constitucionais.

Registre-se que a técnica legislativa empregada na elaboração da proposição é correta, guardando observância com os ditames da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

O Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2015 é meritório porque visa diminuir distorções acarretadas pelo modelo brasileiro de criação de encargos setoriais suportados pelos consumidores de energia elétrica, bem como pelas mudanças recentes na legislação da CDE que desrespeitam a capacidade contributiva de cada cidadão, quando rateiam os impactos econômicos dos custos da conta de energia entre a população de uma região menos abastada com a população de uma região mais rica. Assim, as mudanças recentes na legislação têm o condão de aprofundar as consequências das assimetrias já existentes. Tem também como objetivo a eliminação do conflito de interesse imposto pelo regramento atual, no qual a Eletrobras é ao mesmo tempo gestora e beneficiária dos recursos da CDE.

Merece ser ressaltada também a iniciativa de dar mais transparência aos subsídios pagos pelos consumidores finais de energia elétrica por meio da CDE. A sociedade se beneficiará com a maior transparência proposta pelo projeto, tendo acesso a melhores mecanismos de

acompanhamento e fiscalização do emprego da receita oriunda das quotas pagas pelos consumidores de energia elétrica o que está em consonância com o Estado Democrático em que vivemos.

III – VOTO

Tecidas essas considerações, vota-se pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora